

## **EDITORIAL EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REVISTA – AGOSTO DE 2020**

**Por Inge Renate Fröse Suhr e João Carlos Cichaczewski**

Caros leitores e leitoras:

É com muita alegria que apresentamos mais um número da Educação Profissional e Tecnológica em Revista, importante meio de divulgação científica de estudos e pesquisas que têm como tema a formação das classes que vivem do trabalho.

Antes, porém, de apresentar os artigos dessa edição, não podemos nos furtar a apontar que a Educação Profissional e Tecnológica, como todos os outros objetos de pesquisa, é determinada pelo modo como se organiza a sociedade. As relações sociais de produção em determinada etapa de desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais que elas geram, originam um projeto educativo. Ou seja, é o trabalho que determina o projeto hegemônico de educação dos trabalhadores e dos intelectuais, e não o contrário.

Na forma social atual em que vivemos, o conhecimento humano (assim como a riqueza) histórica e socialmente produzido em sua amplitude está restrito a uma camada social muito estreita, enquanto que ao restante da sociedade destina-se apenas estritamente o necessário para a reprodução desta lógica. Portanto, a dualidade observada na base estrutural da sociedade reflete-se também nos aspectos superestruturais em geral e nas políticas formativas em particular.

O Estado, por meio de políticas públicas para educação, consolida o projeto educativo hegemônico, de modo a formar e conformar os sujeitos dessa sociedade no sentido do comportamento social que deles se espera: àqueles cuja tarefa seja vender força de trabalho reserva-se uma educação estrita, cindida e desagregada; outro tipo de educação é reservado a uma reduzida (e cada vez menor) parcela da sociedade no sentido de formarem-se dirigentes do processo produtivo.

Porém, esse processo não se desenrola sem contradições. Se por um lado há ações no sentido de sofisticar a forma dual, por outro isso não se dá sem resistências e conflitos.

Historicamente aqueles que sobrevivem às custas da venda de sua própria força de trabalho vêm se organizando e articulando no sentido de constituir seu projeto próprio de sociedade, que rompa com a dualidade. Dessa forma, a formação omnilateral, que desenvolva a totalidade das dimensões que conformam o ser humano, constitui-se em uma perspectiva cujo desenvolvimento está condicionado à superação dos pressupostos que alicerçam a atual base material. Neste cenário, impõe-se a necessidade histórica de promover mediações entre aquilo que temos hoje e aquilo que projetamos para o futuro.

No campo das mediações é que, no Brasil, apresentaram-se projetos educacionais voltados ao avanço dessa integração entre os saberes operacionais e o conhecimento geral produzido socialmente. Dirigido por uma classe dominante associada subordinadamente aos centros capitalistas, sem projeto nacional e que é produto de uma metamorfose das antigas oligarquias agrárias, o Brasil encontra ainda aspectos particulares da sua formação social que agem no sentido impedir mesmos os avanços mais tímidos operados no âmbito de projetos oriundos da classe trabalhadora. Portanto, no Brasil, mesmo as propostas de mediação assumem um caráter contra-hegemônico e esbarram em uma forte resistência das elites que, sentindo-se ameaçadas, não se furtam de utilizarem-se de métodos autocráticos (próprios de sua origem oligárquica) para manterem seus privilégios.

Dessa forma é que as conquistas (ainda que muito restritas) consolidadas na constituição de 1988 passaram a ser alvos de intensos ataques já nos anos imediatamente posteriores à sua promulgação. Após um breve período de tímidos e insuficientes avanços, vemos reinscrito na história brasileira, um cenário de retrocessos. Desde os anos 1990 vivemos a precarização das escolas e universidades públicas através de reduções orçamentárias constantes às instituições e de arrocho salarial aos servidores. Ao mesmo tempo, se alastram processos de pilhagem ao fundo público através do desvio de recursos à organizações sociais e fundações de direito privado.

Num passado mais recente, a chamada *reforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017)* reestabeleceu na prática a cisão rígida entre a aprendizagem operacional e a formação intelectual e a Emenda Constitucional 95 congelou o orçamento das instituições públicas por 20 anos. Finalmente, o projeto “Future-se” estabelece a apropriação privada dos espaços e recursos públicos destinados à educação.

Em suma, os projetos de avanço no sentido de superar (mesmo que limitadamente) a dualidade no campo educacional estão sobre forte ataque na atualidade, o que exige uma ação política daqueles que vivem da venda de força de trabalho no sentido da construção de uma nova resposta programática que dê conta de promover as mediações necessárias no sentido colocar em movimento projetos que visem a superação do atual estágio de coisas.

Compreendendo que é importante se contrapor ao cenário brevemente descrito é que esta revista, assim como o mestrado que a originou (ProfEPT), defendem um projeto ético-político de formação de trabalhadores, na escola e fora dela, a partir do pressuposto de que o acesso ao conhecimento socialmente elaborado é direito de todos, embora socialmente negado a muitos na sociedade de classes.

Temos como utopia favorecer a construção de projetos formativos que tenham como horizonte o acesso e a “apropriação do saber científico-tecnológico e histórico-crítico, de modo a participar do processo produtivo e da vida social e política” (KUENZER, 1989, p.22). Trata-se de propiciar acesso aos conhecimentos necessários para entender a organização da sociedade humana na atualidade, a partir da compreensão que o trabalho em seu duplo sentido – ontológico e histórico – é o princípio educativo por excelência.

Mesmo tendo clareza que a educação formal não pode, por si só, transformar a sociedade, já que as causas da desigualdade estão na divisão técnica e social do trabalho, é preciso contribuir para iniciar essa transformação, e a realização e socialização de pesquisas sobre a educação dos trabalhadores podem exercer um papel relevante nesse sentido. Por isso, a difusão de estudos que tenham a Educação Profissional e Tecnológica como objeto de pesquisa a partir do ponto de vista da classe que vive do trabalho é, de extrema relevância, principalmente na atualidade.

Optamos por não apresentar os artigos na ordem em que aparecem na revista, mas sim, a partir de elementos em comum. Assim, um primeiro grupo de textos tem em comum a defesa, cada vez mais necessária, da luta pela efetivação do ensino médio integrado à Educação Profissional e Tecnológica e da própria Rede Federal de EPT.

É nesse grupo que o artigo ENSINO MÉDIO INTEGRADO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO: DISPUTA E RESISTÊNCIA aborda as disputas na implantação do Ensino Médio Integrado na Rede Federal de Educação de Mato Grosso. Refere-se às contradições trazidas por um momento histórico em que a proposta de educação integral vem sendo sufocada e substituída por novos/velhos projetos, tais como a reforma do ensino médio. Defende a necessidade de lutar pelo acirramento dessas contradições e lutar por um projeto educativo de interesse das classes trabalhadoras, que vise à integração trabalho-ciência-tecnologia-cultura. Essa luta, segundo a autora, se coloca, frente à realidade atual, na defesa da concepção de EMI e da Rede Federal de Educação.

INTERDISCIPLINARIDADE E CURRÍCULO: O SENTIDO DA INTEGRAÇÃO ENTRE CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO toca num ponto sensível para a EPT: a consolidação da integração curricular. Para isso, buscou identificar os sentidos da integração a partir das práticas docentes de um Curso Técnico Integrado em Agropecuária. Demonstra que ainda há lacunas na compreensão da proposta de integração a partir do currículo integrado. Além disso, aponta a necessidade de formação continuada aos profissionais que atuam na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sobre a proposta do currículo integrado, ação que se insere, segundo os autores, no campo como resistência frente aos ataques a essa concepção e como travessia a uma educação humana omnilateral.

Num segundo bloco, estão os textos que se propõem a repensar o papel da metodologia de ensino, elemento que, mesmo indiretamente, contribui para a luta pela efetivação da Educação Profissional e Tecnológica no sentido de favorecer a formação integral. São artigos que trazem à tona reflexões sobre a necessidade de dialogar com as linguagens próprias desse tempo histórico, de fazer frente a um senso comum que não coloca o estudante como sujeito de sua aprendizagem, de considerar os participantes do processo educativo como sujeitos do seu tempo, e também de evitar que se tornem menos sujeitos ao usarem recursos fraudulentos no decorrer das atividades de ensino e de avaliação.

METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA EM DISCIPLINAS PROJETUAIS NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TÊXTIL E MODA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO defende as potencialidades do Aprendizado Baseado em Projeto para desmistificar a ideia de senso comum que acompanha os estudantes acerca do potencial criativo e de inovação de cada um deles. Para os autores, essa metodologia permite que os estudantes discutam e problematizem os conteúdos, instigando-os a assumirem riscos e se aventurarem em projetos inovadores.

Tal proposição se ancora na defesa da inovação como estratégia para fazer frente a conceitos de produção e consumo já arraigados, face à desigualdade social, sustentabilidade, inclusão, temas que requerem novas visões de mundo.

A fraude em avaliações acadêmicas é o tema do artigo intitulado A “PESCA” ESCOLAR COMO REPRESENTAÇÃO DE FRAUDE ACADÊMICA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM ELETROTÉCNICA. Com a intenção de compreender os motivos que levam os estudantes a tais práticas, se apoia em pesquisa-ação para afirmar que na realidade em tela tal prática é reconhecida como fraudulenta, mas justificada e naturalizada por eles. Os argumentos dos estudantes se referem a limites na organização didática e infraestrutura da escola, inadequação da metodologia adotada pelo docente e pela limitação de tempo para os estudos.

Já o artigo CIBERCULTURA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: LETRAMENTO DIGITAL COMO POTENCIALIDADE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO tem por objetivo refletir sobre a influência da telemática na cultura juvenil contemporânea, bem como seu encadeamento na educação e no mundo do trabalho. Os autores defendem que vivemos em meio à cibercultura e que o letramento digital de docentes e discentes pode contribuir para a formação crítica, criativa e emancipadora dos estudantes.

Também tendo como foco o ambiente em que vivem os estudantes da EPT na atualidade, o artigo intitulado ANÁLISE DE REDES SOCIAIS: A UTILIZAÇÃO DE ARTEFATOS TECNOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL parte do pressuposto que o uso das tecnologias digitais na educação profissional pode ser

estrategicamente planejado e pode ser potencializado pela identificação dos artefatos tecnológicos mais utilizados pelos alunos. A partir dos estudos realizados os autores defendem a importância do mapeamento do perfil de uso desses artefatos pelos alunos para o planejamento de aulas que superem a clássica transmissão oral, aproximando-se dos discentes e, ao portanto, convergindo para o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem.

Ainda tomando como pano de fundo o alto nível de tecnologia presente na atualidade, bem como os possíveis impactos para a Educação Profissional e Tecnológica, o artigo intitulado **O CONCEITO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL USADO NO MERCADO DE SOFTWARES, NA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E NA LITERATURA CIENTÍFICA** investiga diferentes acepções do termo Inteligência Artificial. Propõe a unificação do conceito por parte de docentes, pesquisadores e representantes do mercado, de modo a contribuir para os avanços na área. Considera, a partir dos dados produzidos, que estão vigentes três vertentes em relação a esse conceito e sugere que poderia ser definido como “estrutura composta e articulada por softwares e eventualmente, hardwares, cuja finalidade é auxiliar os seres humanos na tomada de decisão com base na associação de dados históricos e no reconhecimento de padrões”.

O terceiro conjunto de textos tem como pano de fundo os avanços, desafios e a tendência à precarização do trabalho docente, especialmente em tempos de desvalorização da ciência e do conhecimento elaborado.

O primeiro artigo desse grupo é **PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E O NOTÓRIO SABER: DESAFIOS E ENTRAVES PARA O RESGATE DA VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR**. Com a intenção de compreender seus impactos nos processos de precarização do trabalho docente no bojo da desvalorização da condição do trabalhador, esse artigo se debruça sobre o tema do chamado notório saber. O texto assinala que o notório saber poderia contornar os democráticos, tendo em vista seu esforço em considerar a formação de modo transversal, democrático e articulado com a vida laboral. Mas, que sua apropriação por forças conservadoras reforça a ideia de que o trabalho do professor pode ser desempenhado por qualquer pessoa que detenha algum conhecimento específico, tornando, assim, a formação específica dispensável.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DOCENTES SOBRE SEU TRABALHO NO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC): UM REGISTRO FEITO EM 2016, traz reflexões acerca da representação social de docentes sobre o seu trabalho na EPT. Aponta a discrepância entre as expectativas docentes e o nível de formação prévia dos estudantes, indicando dificuldades para efetivar o processo ensino-aprendizagem no curso em tela. A partir dos dados produzidos os autores indicam a frustração, tanto de professores quanto de estudantes e questionam a efetividade e a intenção real de políticas educacionais como a do PRONATEC.

Trazendo à tona positivities do nível de formação e da forma de contrato da Rede Federal de Ensino, o artigo PERFIL DOS DOCENTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS INSTITUTOS FEDERAIS parte da constatação que a maioria desses professores têm alto nível de formação acadêmica, dedicação exclusiva e estabilidade no emprego, pondera sobre a rica potencialidade de se estabelecerem articulações e aproximações em diversas dimensões de atuação. Indica, porém, a necessidade de avançar para além de ações como eventos esportivos, ampliando as parcerias para a pesquisa e o ensino.

Finalmente, o último texto desta edição é LICENCIATURAS INTEGRADAS AO CAMPO EPISTÊMICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DINÂMICA E POSSIBILIDADES POR MEIO DO PIBID NO IFRN. A formação inicial de docentes é o foco do artigo que reflete sobre o fortalecimento das práxis de formação nas licenciaturas a partir da dinâmica do PIBID na relação com as escolas da Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, e a aprendizagem dos licenciandos sobre o campo epistêmico da educação profissional.

Esperamos que esse editorial instigue a leitura dos artigos, que representam parte da rica produção científica que vem sendo produzida na área e, com isso, contribua para que cada vez mais pessoas se somem a essa corrente de defesa da Educação Profissional e Tecnológica a partir da perspectiva de integralidade do ser humano.

**BOA LEITURA!**

**REFERÊNCIA:**

ISSN: 2594-4827

KUENZER, A. O trabalho como princípio educativo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: fevereiro de 1998.